SINDAPORT
FILIADO A CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS EM CAPATAZIA, NOS TERMINAIS PRIVATIVOS E RETROPORTUÁRIOS E NA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fundado em 14 de maio de 1933 CNPJ 58.200.916/0001-75

Ofício P.398/2013.

Santos, 4 de dezembro de 2.013.

CÓPIA

Ilmo. Sr.
RENATO FERREIRA BARCO
MD. Diretor Presidente da Cia. Docas do Estado de São Paulo
Autoridade Portuária de Santos
CODESP/SANTOS

Senhor Presidente,

Com o advento da Lei 12.740/2012 que incluiu o inciso II ao artigo 193 da CLT, passou a ser considerado atividade ou operação perigosa, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

> *"Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:* (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012)
>
> *II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.* (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

O novo texto de lei acaba de ser regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, segue ANEXO publicação do D.O.U., através da Portaria nº 1885 de 03 de dezembro de 2013, que modificou a Norma Regulamentadora – NR 16, criando o Anexo III.

Rua Júlio Conceição, 91 - Vila Mathias - CEP 11015-540 - SANTOS | SP - Tel.: (13) 4009-0300 - Fax: (13) 4009-0302
www.sindaport.com.br | e-mail: secretaria@sindaport.com.br

"ANEXO 3 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL

1. As atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas.

2. São considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:

a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.

b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta."

A partir de agora a função de guarda portuário passou a ser considerada atividade de risco, sendo devido o adicional de periculosidade de 30%, é o que diz o art. 193 da CLT, bem como a nova Portaria do M.T.E., contudo somos portuários e existe uma Lei específica 4.860/65, que Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados. Seguindo a hierarquia jurídica trabalhista, onde a lei específica sobressai a geral, o adicional devido aos guardas portuários é o Adicional de Risco de 40%, instituído pelo Art. 14 da lei 4.860/65, que substitui qualquer outro adicional porventura vigente.

"Art 14. A fim de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, fica instituído o

"adicional de riscos" de 40% (quarenta por cento) que incidirá sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno e substituirá todos aqueles que, com sentido ou caráter idêntico, vinham sendo pagos."

A nova Portaria do M.T.E. entrou em vigor na data de sua publicação e os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de periculosidade já são devidos desde o dia 03 de dezembro de 2013.

"Art. 3º Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de periculosidade serão devidos a contar da data da publicação desta Portaria, nos termos do art. 196 da CLT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."

Cabe salientar que as Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta e o não cumprimento da NR pode trazer penalidades pecuniárias à empresa.

NR – 1

"1.1 As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (Alteração dada pela Portaria n.º 06, de 09/03/83)

1.4.1 Compete, ainda, à Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou à Delegacia do Trabalho Marítimo - DTM, nos limites de sua jurisdição: (Alteração dada pela Portaria n.º 06, de 09/03/83)

a) adotar medidas necessárias à fiel observância dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

b) impor as penalidades cabíveis por descumprimento dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;"

Portanto, diante da publicação da Portaria n°1885 do M.T.E., que criou o Anexo III da Norma Regulamentadora 16, regulamentando o Art. 193 da CLT, modificado pela Lei 12.740/2012 e de todos os argumentos e fato aqui apresentados, solicitamos a Vossa Senhoria que cumpra o novo ordenamento jurídico e incorpore o adicional de risco de 40% a todos os guardas portuários.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sind. Trab. Cap. Term. Priv. Retrop. e na Adm. em Geral dos Serviços Portuários do Est. SP.

Everandy Cirino dos Santos
Presidente